

---

***Grãos do Piauí***  
***Concessionária de***  
***Rodovias SPE S.A.***  
***Demonstrações financeiras em***  
***31 de dezembro de 2023***  
***e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e acionistas  
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

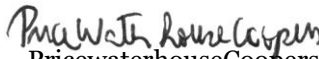


Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 12 de abril de 2024

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027083/F-3

DocuSigned by  
Assinado por PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES 2525810896  
CPF: 2525810896  
DataHora da Assinatura: 12/Abr/2024 11:48 BRT  
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB  
C: BR  
Email: AC SERASA RFB v5

  
Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes  
Contadora CRC 1SP222241/O-0

# **Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

***Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPCs”) em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023***

## Índice

Balanços patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto .....	7
Notas explicativas às Demonstrações financeiras .....	8

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais)*

	Notas	2023	2022		Notas	2023	2022
<b><u>ATIVO CIRCULANTE</u></b>				<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	748	623	Fornecedores	12	9.612	7.301
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	6	2.250	4.807	Empréstimos e financiamentos	12	4.345	17
Contas a receber	7	5.081	-	Obrigações sociais e trabalhistas	13	3.615	682
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	16.3	42	18	Tributos a recolher	14	1.724	634
Despesas antecipadas	9	116	589	Partes relacionadas	16	-	32.888
Adiantamentos a terceiros	8	6.612	3.100	Outras contas a pagar		224	320
Outros créditos		80	30	<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>19.520</b>	<b>41.842</b>
<b>Total Ativo Circulante</b>		<b>14.929</b>	<b>9.167</b>				
<b><u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>				<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Contas a receber	7	64.962	22.705	Empréstimos e financiamentos	12	66.585	9.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.1	7.738	1.326	Partes relacionadas	16	80.148	-
Imobilizado. Líquido	10	7.849	3.360	<b>Total Passivo Não Circulante</b>		<b>146.733</b>	<b>9.944</b>
Intangível, líquido	11	135.171	49.254				
<b>Total Ativo Não Circulante</b>		<b>215.720</b>	<b>76.645</b>	<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
				Capital social		79.565	36.603
				Prejuízo acumulado		(15.169)	(2.577)
				<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	17	<b>64.396</b>	<b>34.026</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>230.649</b>	<b>85.812</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>230.649</b>	<b>85.812</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais)*

	Nota	2023	2022
<b>Receita líquida de prestação de serviços e construção</b>	19	<b>143.642</b>	<b>72.034</b>
Custo com prestação de serviços	20	(11.950)	-
Custo com construção	20	(129.978)	(72.034)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.714</b>	<b>-</b>
Despesas administrativas	20	(17.855)	(2.664)
Outras despesas operacionais	20	-	(371)
<b>Total dos gastos operacionais</b>		<b>(17.855)</b>	<b>(3.035)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras</b>		<b>(16.141)</b>	<b>(3.035)</b>
	21		
Receitas financeiras	21	282	73
Despesas financeiras		(3.145)	(29)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(2.863)</b>	<b>44</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(19.004)</b>	<b>(2.991)</b>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16.2	6.412	1.016
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(12.592)</b>	<b>(1.975)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais)*

	2023	2022
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(12.592)</b>	<b>(1.975)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(12.592)</b>	<b>(1.975)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>11.566</b>	<b>(602)</b>	<b>10.964</b>
Integralização de capital social		25.037		25.037
Prejuízo do período		-	(1.975)	(1.975)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>36.603</b>	<b>(2.577)</b>	<b>34.026</b>
Prejuízo do período		-	(12.592)	(12.592)
Aporte de capital	18	42.962	-	42.962
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>79.565</b>	<b>(15.169)</b>	<b>64.396</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

*(Em milhares de reais)*

	Nota	2023	2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	19	(19.004)	(2.991)
<b>Ajuste para:</b>			
Depreciação e amortização	20	2.703	188
Baixa de ativo imobilizado		-	154
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	20	2.028	-
		<b>(14.273)</b>	<b>(2.649)</b>
Contas a receber		(47.338)	(22.705)
Fornecedores e <i>floor plan</i>		2.311	5.646
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		4.023	881
Despesas Antecipadas		473	-
Adiantamento a Terceiros		(3.512)	-
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		3.631	(3.086)
		<b>(40.412)</b>	<b>(19.264)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(24)	(14)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(1.541)	1.972
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(56.250)</b>	<b>(19.955)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao ativo imobilizado	10	(7.042)	(2.192)
Adições ao ativo intangível	11	(86.067)	(42.126)
Resgate (investimento) em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		2.557	(4.807)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos</b>		<b>(90.552)</b>	<b>(49.125)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital	18	10.074	25.037
Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	13	60.482	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18	-	32.888
Captação de operações de mútuo	17	76.371	9.944
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>146.927</b>	<b>67.869</b>
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>125</b>	<b>(1.211)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		623	1.834
No final do período		748	623
<b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>125</b>	<b>(1.211)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



### 1. Informações Gerais

A Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. ("Sociedade"), é uma Sociedade anônima constituída em 07 de julho de 2021, com sede em Teresina, Estado do Piauí, Brasil, que tem como atividade principal realizar, sob regime de concessão patrocinada, destinada à prestação de serviços públicos na construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária, e assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão das rodovias PI-397 e PI-262 ("Transcerrados"), onde a CS Brasil Transportes ("CS Brasil") detinha 64% de participação. Em 30 de dezembro de 2022, a controladora CS Brasil Transportes vendeu a totalidade de sua participação na Sociedade para a CS Infra S.A ("CS Infra"), passando esta a ser a controladora. A Sociedade é uma controlada indireta da Simpar S.A ("Grupo Simpar"), detentora de 100% das ações da CS Infra.

#### 1.1 Contrato de concessão

Contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão, para prestação dos serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária dos trechos das rodovias Transcerrados e Estrada Palestina, no estado do Piauí, nos termos das disposições do contrato, em especial do Programa de Exploração Rodoviário - PER.

A rodovia Transcerrados é uma das principais rotas de escoamento para produção de grãos no Piauí, e é a maior intervenção rodoviária já executada no Estado. Ela interligará a região dos Cerrados Piauienses e garantirá melhores condições aos agricultores. Confira os benefícios:

São 276,8 km de rota ligada com estradas para escoamento da produção. A rodovia possui localização estratégica para o escoamento da produção de grãos para exportação e está inserida na região MATOPIBA, que se destaca pela produção de milho, soja e algodão.

A região de MATOPIBA interliga as rodovias BR-230, BR-020, BR-343, BR-222, BR-135, BR-316 e BR-232.

O prazo do contrato é de 30 anos, contados da data de assinatura do Termo de Transferência de Posse do Sistema Rodoviário, o qual foi realizado em 28 de dezembro de 2021.

O contrato prevê a construção de quatro praças de pedágio, bases de apoio aos usuários do Sistema Rodoviário, bases operacionais, uma Central de Controle Operacional (CCO), duas praças de pesagem de veículos de carga, pavimentação, acessos, alças, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, acostamentos e quaisquer elementos dentro dos limites das faixas de domínio, bem como a manutenção e operação de todo este aparato.

A remuneração da concessionária será a receita bruta composta por receita tarifária, contraprestação pecuniária e receitas marginais. A contraprestação será devida à Concessionária após o início da cobrança de pedágio e será proporcional ao andamento das obras de pavimentação, desde que atendidos os requisitos contratuais e os indicadores de desempenho. À medida que as obras forem concluídas, cresce o percentual de contraprestação a ser pago e os valores contabilizados via receita de pedágio.

A Concessionária deverá atender aos IQD (Índices de Qualidade de Desempenho) a serem avaliados por Verificador Independente, contratado pela concessionária e selecionado pelo Estado do Piauí. O Verificador Independente será responsável pelo cálculo do valor a ser pago a título de contraprestação.

A CS Grãos do Piauí segue com os investimentos previstos no contrato e, ao longo de 2023, inaugurou a praça 1 ("P1") de pedágio, marcando o início da remuneração tarifada e o recebimento da contraprestação mensal do Poder Concedente. Para viabilizar o montante investido até o momento, foi necessário realizar a captação de recursos próprios, além dos financiamentos previstos e com o início

## Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



das operações, a Administração entende que a geração de caixa além do fluxo de liberações dos financiamentos já contratados, serão suficientes para fazer frente as obrigações.

### Ônus de contrato

Para execução da fiscalização da concessão, a Sociedade deve arcar trimestralmente com valor de "ônus de fiscalização" em valor total equivalente a 2% (dois por cento) sobre a totalidade da receita tarifária bruta auferida pela Concessionária no período.

Considerando as atividades do exercício de 2023 e 2022 não houve montante de ônus do contrato.

Em 19 de maio de 2023 a concessão inicia arrecadação na praça de pedágio P1, em agosto de 2023 inicia arrecadação na praça P4 e em outubro de 2023 início da arrecadação na P2. A Sociedade tem a projeção de inauguração da praça P3 em construção e os postos de pesagem instalados, ambos até o primeiro semestre de 2024.

### 1.2 Licenças e autorizações

É de responsabilidade da Concessionária requerer, custear e obter todas as licenças ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) e autorizações (certidões, alvarás, etc.) necessárias à implementação e operação do sistema rodoviário, bem como à execução das obras a serem implantadas com a praça P3 que está em fase de construção (Nota 1.1), todas as licenças necessárias para o funcionamento da concessão foram obtidas.

### 1.3 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia

Em fevereiro de 2023, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades.

A Sociedade tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países. A Administração não identificou impactos em seus custos.

### 1.4 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O Grupo Simpar, desde 2021 avalia os principais riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas para os seus negócios, ativos, processos e políticas. Como evolução, realizou novo estudo em 2022 e lançou a Política de Mudanças Climáticas, com ações de mitigação, compensação e adaptação incluindo o tema nas suas decisões e estratégias de negócios.

O Grupo Simpar estabeleceu a meta de redução de 15% na intensidade das emissões, entre os anos de 2021 à 2030 que estão relacionados aos *Sustainability Linked Bonds*, a primeira medição ocorrerá em janeiro de 2026, podendo ser postergada. Para o atingimento dessas metas, o Grupo está implantando gradualmente projetos de redução, tais como renovação da frota, priorização de abastecimento com etanol, o aterro sanitário, possui um plano de mitigação na redução de gases efeito estufa ("GEE"), o qual inclui os *flares* que trabalham coletando biogás e evitam a emissão de milhares de toneladas de carbono na atmosfera, parte do biogás é utilizado para geração de energia.

Atualmente não identificamos impactos nas demonstrações financeiras da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis materiais.****2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC”)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 12 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente apesar de apresentar capital circulante líquido de R\$4.591 (R\$32.675 em 31 de dezembro de 2022), reflexos ainda da fase pré-operacional até abril de 2023, mesmo com início da arrecadação de receita em maio de 2023, ainda não consumiu os custos relacionados a construção relevantes que foram pagos no decorrer de 2023. Os investimentos realizados são contabilizados em bens do ativo intangível, conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R) – Contrato de Concessão para geração de caixa em exercícios futuros, com baixo investimento em capital de giro, conseqüentemente no ativo circulante. A Sociedade adquiriu um mútuo com a controladora CS Brasil, evidenciado em Nota explicativa de partes relacionada (nota 16), com a finalidade de captação de fluxo de caixa, para que a Sociedade possa contornar os reflexos da fase pré-operacional e os desembolsos do financiamento.

O modelo de negócios da Companhia é baseado no contrato de concessão e tem expectativa de geração de caixa até o final do contrato. A Companhia entende que a geração de caixa será suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, visto que até abril de 2024 todas as praças estarão em funcionamento (nota 1.1). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais poderão ser cumpridas mediante captações alternativas de recursos.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (Nota 2.13) tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

**2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico de suas operações. Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem o caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Sociedade. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

**2.6 Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Também fazem parte do Imobilizado, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

**2.7 Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e aos ativos relacionados às infraestruturas da concessão, registrados decorrente aos custos da construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Quando relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo de concessão.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões de reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

**2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Sociedade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Sociedade foi realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

## 2.9 Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## 2.10 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.



**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**2.11 Contratos de concessão**

O ativo intangível e financeiro (contas a receber longo prazo) de concessão refere-se a todos os investimentos e benfeitorias relativos à construção de ativos que são necessários e que são registradas como receita de construção conforme requerido pela orientação “OCPC 05” – Contratos de concessão.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

O Contrato de Concessão da Sociedade é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Administração da Sociedade revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

**2.11.1 Contraprestação mensal**

O Contrato de Concessão da Sociedade junto ao poder concedente faz parte da modalidade de concessão patrocinada, pela prestação de serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação e melhoria de operação rodovia.

**2.12 Reconhecimento de receitas****2.12.1 Reconhecimento da arrecadação – Receita pela arrecadação pela utilização da rodovia**

A receita é mensurada com base na arrecadação diária, através de numerários, cartão de crédito/débito, meio de pagamento automático (TAG) e vale pedágio. A Sociedade reconhece a receita quando o usuário da rodovia efetua a passagem e o pagamento nas praças de pedágio da Sociedade.

**2.12.2 Receitas de construção**

Pelos termos do contrato de concessão, a Sociedade será responsável por todos os investimentos, benfeitorias adicionais e serviços não especificados, mas que venham a ser necessários para alcançar os Parâmetros do Arrendamento. Conforme requerido pela orientação “OCPC 05” – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione futuras receitas são registradas pela Sociedade em suas demonstrações financeiras como contrapartida do ativo intangível. Os custos são registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens e serviços. A receita referente a serviços de construção, reconhecido em observação ao item 43 da orientação técnica supramencionada, não é tributável.

Quando a Concessionária presta serviços de construção, reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, apura a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Concessionária avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização de serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento de obra.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

A Administração da Sociedade entende que os custos só existem em função das obras na rodovia os quais são contratados a valor de mercado. Com base neste cenário, a Sociedade estima ter margem de lucro igual à zero pelos serviços de construção, por serem contratados a valor de mercado.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, sendo que as receitas estão registradas ao valor justo.

**2.13 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Sociedade são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Sociedade em 1º de janeiro de 2023. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade classifica os ativos e passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos e passivos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e

- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Sociedade gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Sociedade. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os ativos e passivos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

O ativo e o passivo financeiro são mensurados ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A classificação os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado no que diz respeito a alterações climáticas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação e
- **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis;

**2.14 Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos**

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, onde é efetuada a mensuração de uma provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não registrou redução ao valor recuperável de recebíveis.

**3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a) Contabilização do contrato de concessão**

A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão.

A Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e ativo financeiro; e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

A Sociedade entende que a melhor demonstração dos gastos com construção na Demonstração dos Fluxos de Caixa, relacionado ao ativo intangível, é enquadrada no grupo de atividades de investimento, uma vez que os gastos só ocorrem diante da expectativa de rentabilidade futura com o contrato de concessão, em consoante com o determinado no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Reconhecimento de ativo intangível e financeiro**

A Administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível e financeiro.

**c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

A Administração avalia a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e IFRS e entraram em vigor em 1º de janeiro de 2023.:

- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de Políticas Contábeis:** As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “políticas contábeis relevantes”, sendo fornecidos guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.
- **Alteração ao IAS 8 / CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- **Alteração ao IAS 12 / CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023).

**4.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** de acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- **Alteração ao IFRS 16 – “Arrendamentos”:** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (“*sale and leaseback*”). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os “pagamentos da locação” e os “pagamentos da locação revistos” de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.
- **Alterações ao IAS 7 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”:** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (“*supplier finance arrangements – SFAs*”) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs;
- (b) Para a data de início e fim do período de reporte:
  - (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs;
  - (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento e
  - (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.
- (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b(i) e
- (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Caixa	138	-
Bancos	30	322
<b>Total de disponibilidades</b>	<b>168</b>	<b>322</b>
CDB - Certificado de depósitos bancários	580	301
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>580</b>	<b>301</b>
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>623</b>

**6. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras**

	2023	2022
Fundo de investimento - Banco do Nordeste ("BNB")	2.250	4.807
<b>TOTAL</b>	<b>2.250</b>	<b>4.807</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 13,71 % a.a. (14,92 % a.a. em 31 de dezembro de 2022).

**7. Contas a receber**

	2023	2022
Outras contas a receber Intercompany	2	-
Contraprestação – Poder Concedente (a)	70.041	22.705
<b>Total</b>	<b>70.043</b>	<b>22.705</b>
Circulante	5.081	-
Não circulante	64.962	22.705
<b>Total</b>	<b>70.043</b>	<b>22.705</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- (a) O montante de R\$70.041 (R\$22.705 em 31 de dezembro de 2022) registrado é proporcional ao avanço da obra em relação ao fluxo projetado de contraprestação a ser pago pelo Poder Concedente, após o início da cobrança de pedágio, iniciado no mês de maio de 2023, desde que atendidos os requisitos contratuais e os indicadores de desempenho. À medida que as obras forem concluídas, aumenta o percentual de contraprestação a ser paga. A contraprestação já está registrada a valor presente.

### 7.1 Classificação por vencimento (aging list) e perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber

	2023		2022	
	Contas a receber	Contas a receber líquido	Contas a receber	Contas a receber líquido
<b>Total a vencer</b>	<b>68.879</b>	<b>68.879</b>	<b>22.705</b>	<b>22.705</b>
Vencidos até 30 dias	1.164	1.164	-	-
<b>Total vencidos</b>	<b>1.164</b>	<b>1.164</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>70.043</b>	<b>70.043</b>	<b>22.705</b>	<b>22.70</b>

### 8 Adiantamento a terceiros

	2023	2022
Adiantamento a Fornecedores Diversos (i)	6.612	3.091
Adiantamento a Funcionário	-	9
<b>Total</b>	<b>6.612</b>	<b>3.100</b>

(i) referente na construção e manutenção da Rodovia (Norton R\$2.000; Ômega R\$1.300; MBR R\$800 e outros R\$2.512)

### 9 Despesas Antecipadas

	2023	2022
Seguros a apropriar	116	589
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>589</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 Imobilizado**

As movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	<b>Veículos</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Computadores e periféricos</b>	<b>Total</b>
<b>Custos</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.435</b>	-	-	-	<b>1.435</b>
Adições	2.192	-	-	-	2.192
Baixa de ativos	(79)	-	-	-	(79)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.548</b>	-	-	-	<b>3.548</b>
Adições	2.462	664	3.616	300	7.042
Baixa de ativos e outros (i)	(1.826)	-	-	-	(1.826)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>4.184</b>	<b>664</b>	<b>3.616</b>	<b>300</b>	<b>8.764</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no período	(188)	-	-	-	(188)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(188)</b>	-	-	-	<b>(188)</b>
Despesa de depreciação no período	(375)	(37)	(288)	(27)	(727)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(563)</b>	<b>(37)</b>	<b>(288)</b>	<b>(27)</b>	<b>(915)</b>
<b>Saldos líquidos:</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.360</b>	-	-	-	<b>3.360</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2023</b>	<b>3.621</b>	<b>627</b>	<b>3.328</b>	<b>273</b>	<b>7.849</b>
<b>Taxa média de depreciação (%) - no período:</b>	7%	11%	20%	10%	

(i) Refere-se a itens do imobilizado transferido para o intangível (direito de uso), devido esses itens compreenderem Infraestrutura Rodoviária.



**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 Intangível**

As movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

	<b>Contrato de concessão (i)</b>	<b>Software de terceiros</b>	<b>Total</b>
<b>Custo</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>7.203</b>	-	<b>7.203</b>
Adições	41.337	789	42.126
Baixas	(75)	-	(75)
Transferências de Ativo Imobilizado	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>48.465</b>	<b>789</b>	<b>49.254</b>
Adições	84.997	1.070	86.067
Transferências de Ativo Imobilizado	1.826	-	1.826
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>135.288</b>	<b>1.859</b>	<b>137.147</b>
<b>Amortização acumulada</b>			
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	-
Despesas de amortização no período	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	-
Despesas de amortização no período	(1.773)	(203)	(1.976)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(1.773)</b>	<b>(203)</b>	<b>(1.976)</b>
<b>Saldos líquidos:</b>			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>48.465</b>	<b>789</b>	<b>49.254</b>
<b>Saldos em 30 de setembro de 2023</b>	<b>133.515</b>	<b>1.656</b>	<b>135.171</b>
<b>Taxa média de amortização (%) - no período:</b>	<b>3,33%</b>	<b>20%</b>	

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem a Infraestrutura Rodoviária.

**12 Fornecedores**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Veículos, máquinas e equipamentos	103	-
Material de estoque	5	-
Peças e manutenção	4.628	1.915
Serviços contratados	4.004	3.129
Partes relacionadas (nota 16.1)	397	184
Outros	475	2.073
<b>Total</b>	<b>9.612</b>	<b>7.301</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**13 Empréstimos**

As movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	2023			Movimentação 2023			2022		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos (iii)	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em moeda nacional</b>												
FNE (i)(ii)	2,64%	IPCA+2,78%	ago-38	482	70.448	70.930	60.482	(1.541)	2.028	17	9.944	9.961
				<b>482</b>	<b>70.448</b>	<b>70.930</b>	<b>60.482</b>	<b>(1.541)</b>	<b>2.028</b>	<b>17</b>	<b>9.944</b>	<b>9.961</b>

- (i) FNE referem-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de construção e gestão da rodovia. Possuem vencimentos variados, com carência de trinta e seis meses. Alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. Não foram dados ativos em garantia, tampouco cláusulas de vencimento antecipado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o exercício de carência e não possuem cláusulas de compromisso.
- (ii) O contrato de financiamento é garantido através de fiança bancária junto aos bancos Alfa (R\$ 20.964) e BTG (R\$ 49.463).
- (iii) A Sociedade tem uma linha de crédito liberada junto ao FNE R\$ 220,7, baseado no andamento dos investimentos na concessão, a Sociedade faz uso desse crédito, garantido através de contratação de fianças.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**14 Obrigações sociais e trabalhistas**

	2023	2022
Provisão de férias	601	312
Salários	1.313	174
Bônus e participações nos lucros e resultados	201	-
INSS	1.441	160
FGTS	59	36
<b>Total</b>	<b>3.615</b>	<b>682</b>

**15 Tributos a Recolher**

	2023	2022
PIS e COFINS	119	12
ICMS e ISS	1.400	471
Outras	20	4
Imposto de renda retido na fonte – IRRF e outros	185	147
<b>Total</b>	<b>1.724</b>	<b>634</b>

**16 Imposto de renda e contribuição social****16.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais. As origens estão apresentadas a seguir:

	2023	2022
<b><u>Imposto diferido ativo</u></b>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(7.662)	(1.326)
Outras provisões	(408)	-
<b>Total do imposto diferido ativo</b>	<b>(8.070)</b>	<b>(1.326)</b>
<b><u>Imposto diferido passivo</u></b>		
Depreciação econômica vs. Fiscal	510	-
Imobilização leasing financeiro	(94)	-
Outras provisões	(84)	-
<b>Total do imposto diferido passivo</b>	<b>332</b>	<b>-</b>
<b>Total do imposto diferido ativo (passivo), líquido</b>	<b>(7.738)</b>	<b>(1.326)</b>
Tributos diferidos líquidos, alocados no ativo	7.738	1.326
<b>Total do imposto diferido passivo, líquido</b>	<b>7.738</b>	<b>1.326</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>310</b>
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	1.016
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.326</b>
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	6.412
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.738</b>

**16.2 Prazo estimado de Realização**

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2023 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os próximos 2 (dois) exercícios, apresentado no fluxo estimado abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos
Valores totais líquidos	-	7.738	-

**16.3 Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	2023	2022
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(19.004)</b>	<b>(2.991)</b>
Alíquotas nominais	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais</b>	<b>6.461</b>	<b>1.017</b>
Antecipações IRRJ, CSLL e IRRF	(42)	-
Despesas indedutíveis e outras exclusões permanentes	(7)	(1)
<b>IRPJ e CSLL apurados</b>	<b>6.412</b>	<b>1.016</b>
Corrente	-	-
Diferido	6.412	1.016
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>6.412</b>	<b>1.016</b>
Alíquotas efetivas	-33,7%	-34,0%

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros.

Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**17 Partes relacionadas****17.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)**

As naturezas dos saldos em contas do balanço patrimonial com partes relacionadas referem-se a transações compostas por outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Sociedade custeadas por outras partes relacionadas.

	Ativo		Passivo				
	Contas a Receber	Fornecedores (nota 11)		Partes Relacionadas		Outras contas a pagar	
	2023	2023	2022	2023	2022	2023	2022
JSL	2	-	-	2	-	-	13
CS BRASIL	-	80	-	76.371	-	-	290
Movida	-	46	39	-	-	36	-
SIMPAR	-	18	2	6	-	-	-
CS FROTAS	-	251	143	45	-	-	15
BBC Pagamentos	-	2	-	-	-	-	-
INFRA	-	-	-	3.724	25.604	-	-
MTSul	-	-	-	-	6.857	-	-
Serveng	-	-	-	-	427	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>397</b>	<b>184</b>	<b>80.148</b>	<b>32.888</b>	<b>36</b>	<b>318</b>
Circulante	2	397	184	-	32.888	36	318
Não circulante	-	-	-	80.148	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>397</b>	<b>184</b>	<b>80.148</b>	<b>32.888</b>	<b>36</b>	<b>318</b>

**17.2 Saldos com partes relacionadas (resultado)**

	Locação e serviços tomados	Despesas Adm. e Comerciais
	2023	2023
<b>Resultado</b>		
JSL	(19)	(3)
CS BRASIL	(5)	(3)
BBC Pagamentos LTDA	(4)	-
Movida	(45)	(66)
SIMPAR	(3)	(6)
<b>Total</b>	<b>(76)</b>	<b>(78)</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18 Patrimônio líquido****18.1 Capital social**

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R\$79.565 (R\$36.603 em 31 de dezembro de 2022) dividido em 79.565.386 (36.602.591 em 31 de dezembro de 2022) ações, sendo 73,3% de sua controladora CS Infra e 26,7% distribuídos entre as demais acionistas: 5,5% - Vetor Participações e Concessões ("Vetor"), 19,7% - MTSUL Construções Ltda. ("MTSul") e 1,5% SERVENG Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia ("SERVENG").

**Aumento de capital**

Em 24 de maio de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para a proposta de aumento de capital da Sociedade no montante de R\$4.397, onde o capital passou a ser R\$41.000 (64% acionista CS Infra, 17% acionista MTSul, 17% acionista Vetor e 2% acionista Serveng). A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 26 de dezembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para proposta de aumento de capital da Sociedade no montante de R\$38.565, onde o capital passou a ser R\$79.565 (73,3% acionista CS Infra, 19,7% acionista MTSul, 5,5% acionista Vetor e 1,5% acionista Serveng). A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

**18.2 Reservas de lucros**

A Sociedade constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Sociedade, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. No entanto, a Sociedade no último exercício registrou prejuízo acumulado, não havendo constituição de reserva

**19 Receita Líquida****a) Fluxo de receitas**

	2023	2022
Receita de prestação de serviços	13.664	-
Receita de construção	129.978	72.034
<b>Receita líquida total</b>	<b>143.642</b>	<b>72.034</b>
	2023	2022
<b>Receita bruta</b>	<b>144.352</b>	<b>72.034</b>
<b>Menos:</b>		-
Impostos sobre vendas	(710)	-
<b>Receita líquida total</b>	<b>143.642</b>	<b>72.034</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Desagregação da receita de contrato com cliente por segmento**

	2023	2022
Receita de arrecadação	13.664	-
Receita com construção	129.978	72.034
<b>Receita líquida total</b>	<b>143.642</b>	<b>72.034</b>
<b>Tempo de reconhecimento de receita</b>		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	129.978	72.034
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	13.664	-
<b>Receita líquida total</b>	<b>143.642</b>	<b>72.034</b>

**20 Gastos por natureza**

As informações de resultado da Sociedade são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	2023	2022
Pessoal e encargos	(10.247)	(5.900)
Peças, pneus e manutenções	(479)	-
Combustíveis e lubrificantes	(1.267)	-
Depreciação e amortização	(2.703)	(188)
Baixa de ativos e intangíveis	-	(75)
Infraestrutura (manutenções, água, esgoto, energia elétrica etc.)	(4.898)	-
Prestação de serviços de construção	(62.299)	(42.499)
Impostos e taxas	(234)	-
Alugueis de imóveis	(231)	(162)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(381)	-
Comunicação, propaganda e publicidade	(58)	(76)
	(82)	-
Viagens e estadias	(1.907)	-
Material de consumo	(1.194)	(1.033)
Materiais e serviços de construção	(72.556)	(23.311)
Outros custos	(1.247)	(1.825)
	<b>(159.783)</b>	<b>(75.069)</b>
Custo de prestações de serviços	(11.950)	-
Custo de construção	(129.978)	(72.034)
Despesas administrativas	(17.855)	(2.664)
Outras despesas operacionais	-	(371)
	<b>(159.783)</b>	<b>(75.069)</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**21 Resultado Financeiro**

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicações financeiras	234	72
Outras receitas financeiras	48	1
<b>Receita financeira total</b>	<b>282</b>	<b>73</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.028)	-
Despesa com captação	(86)	-
Juros passivos	(21)	(10)
Outras despesas financeiras	(915)	(6)
Descontos concedidos, despesas e taxas bancárias	(95)	(13)
<b>Outras despesas financeiras</b>	<b>(3.145)</b>	<b>(29)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(2.863)</b>	<b>44</b>

**22 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos****22.1 Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	2023		2022		Categoria	
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil		Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário)		168	168	322	322	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	Nível 1	580	580	301	301	Custo amortizado
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	Nível 2	2.250	2.250	4.807	4.807	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber		70.043	70.043	22.705	22.705	Custo amortizado
Outros créditos		80	80	30	30	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>73.121</b>	<b>73.121</b>	<b>28.165</b>	<b>28.165</b>	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores		9.612	9.612	7.301	7.301	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		70.930	68.820	9.961	9.961	Custo amortizado
Partes relacionadas		80.148	80.148	32.888	32.888	Custo amortizado
Outras contas a pagar		224	224	320	320	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>160.914</b>	<b>158.804</b>	<b>50.470</b>	<b>50.470</b>	



**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**22.2 Gerenciamento de riscos financeiros**

Os principais passivos financeiros não derivativos da Sociedade se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Sociedade possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da Controladora, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Sociedade está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

**a) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

**i. Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

<b>Rating em Escala Local "Br"</b>		<b>Rating em Escala Global "G"</b>	
<b>Nomenclatura</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Nomenclatura</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Br AAA</b>	Prime	<b>G AAA</b>	Prime
<b>Br AA+, AA, AA-</b>	Grau de Investimento Elevado	<b>G AA+, AA, AA-</b>	Grau de Investimento Elevado
<b>Br A+, A, A-</b>	Grau de Investimento Médio Elevado	<b>G A+, A, A-</b>	Grau de Investimento Médio Elevado
<b>Br BBB+, BBB, BBB-</b>	Grau de Investimento Médio Baixo	<b>G BBB+, BBB, BBB-</b>	Grau de Investimento Médio Baixo
<b>Br BB+, BB, BB-</b>	Grau de Não Investimento Especulativo	<b>G BB+, BB, BB-</b>	Grau de Não Investimento Especulativo
<b>Br B+, B, B-</b>	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	<b>G B+, B, B-</b>	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
<b>Br CCC</b>	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	<b>G CCC</b>	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
<b>Br DDD, DD, D</b>	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	<b>G DDD, DD, D</b>	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Sociedade para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2023	2022
<b>Valores depositados em conta corrente</b>	<b>168</b>	<b>322</b>
Br AAA	580	301
<b>Total de aplicações financeiras</b>	<b>580</b>	<b>301</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>748</b>	<b>623</b>

**b) Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Sociedade afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

**i. Risco de variação de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado.

**c) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Sociedade monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Sociedade, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	2023				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	acima de 3 anos
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	70.930	106.693	4.345	16.988	85.360
Fornecedores	9.612	9.612	9.612	-	-
Partes relacionadas	80.148	80.148	-	80.148	-
Outras contas a pagar	224	224	224	-	-
<b>Total</b>	<b>160.914</b>	<b>196.677</b>	<b>14.181</b>	<b>97.136</b>	<b>85.360</b>

**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2023  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**23 Cobertura de seguros**

A Sociedade possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

**i. Seguros para garantias de obrigações públicas e Responsabilidade sobre propriedade de terceiros**

Serviços Segurados	Vigência	Cobertura
Risco de engenharia - Danos a rodovia	09/09/2022 a 31/01/2024	6.906
Risco de engenharia - Danos a rodovia	09/09/2022 a 06/05/2024	10.970
Risco de engenharia - Danos a rodovia	09/09/2022 a 05/02/2025	289.844
Garantia de execução da obra - setor público	24/07/2023 a 24/07/2024	16.714
Risco operacional e perda de receita – setor público	25/09/2023 a 25/09/2024	227.704
Responsabilidade Civil - Garantia de execução da obra	25/09/2023 a 25/09/2024	7.000

Adicionalmente, a Sociedade possui seguro garantia cuja cobertura contratada é considerada pela Sociedade suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros são de R\$244.418 com início de vigência em 24/07/2022 e fim em 25 de setembro de 2024 tendo como segurado o Ministério da Infraestrutura.

O objetivo é garantir a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para a Sociedade, encontrando-se também garantidos os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, podendo ainda ser contratada, com verba específica independente, cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias.

**24 Eventos subsequentes**

Em 01/02/2024 foi assinado o termo de ampliação de mais 307 km de rodovia, mantida pelo Governo do Estado de Piauí, através da Secretária de Administração ("SEAD"). Um investimento de mais de R\$2,5 bilhões para os próximos 28 anos. Ao todo serão 584,04 KM de estradas com melhorias e manutenção permante, incluindo as ações já direcionadas às rodovias Transcerrado (PI-397) e Nova Palestina (PI-262)

Em 08/02/2024, renúncia do diretor Joao Bosco Ribeiro de Oliveira Filho e eleição e posse do novo diretor Wilton Luiz Neiva de Moura Santos Filho.

\*\*\*\*\*

# Relatório da Administração



**Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias**

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias



## Destaques Operacionais e Financeiros

As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

A Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. (“**Grãos do Piauí**”), concessão patrocinada que tem como atividade principal a prestação de serviços públicos de construção, conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária. A SPE foi constituída em 07 de julho de 2021, com sede em Teresina, Estado do Piauí e assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão das rodovias PI-397 (“Transcerrados”) e PI-262 (“Palestina”), na qual a CS Infra SA (“**CS Infra**”) detém 73,3% de participação, sendo controlada indireta da Simpar S.A (“**Grupo Simpar**”).

**Receita Líquida de Arrecadação Total:** com a inauguração das praças de pedágio (P1, P4 e P2) atinge R\$13,7 milhões em oito meses de operação desde a primeira praça de pedágio (P1), cinco meses de operação da P4 e dois meses de operação da P2.

**Resultado Bruto** no 4T23 de R\$1,7 milhão, quando comparado com 3T23 de R\$1 milhão, houve um aumento de R\$ 0,7 milhão, resultado do avanço dos investimentos e inaugurações das praças de pedágio.

**Endividamento líquido** total de R\$67,9 milhões no 4T23, com prazo de vencimento em 15 anos, comparado com 4T22 de R\$4,5 milhões, houve um aumento R\$63,4 milhões, decorrente dos investimentos realizados no ano de 2023.

**O Capital Expenditure (“CAPEX”)** registrado no ano foi de mais de R\$130 milhões, de um total previsto que irá superar os R\$300 milhões, investidos em obras de pavimentação, melhorias e criação de bases operacionais.





## Mensagem da Administração

Encerramos o 12M23 em fase final das pavimentações e construção da última praça de pedágio (P3), inaugurada no dia 06 abril de 2024.

Representando um marco importante para a região, embasada na adoção de práticas sustentáveis de gestão, a concessão da Rodovia Transcerrados será guiada por 3 (três) planos de obrigação social e ambiental:

- ✓ Plano de gestão ambiental (“PGA”) que guiará e controlará as ações ambientais ao longo do período;
- ✓ Plano de segurança das rodovias (“PSR”) deverá ser apresentado a cada dois anos ao Poder Concedente; e
- ✓ Plano de gestão de comunicação (“PGC”) deverá ser desenvolvido um plano da comunicação com o usuário das rodovias.

Esse contrato de Concessão de Parceria Público-Privada (“PPP”) junto ao Governo do Estado do Piauí abrange um trecho estratégico de rodovia nos cerrados piauienses e foi dividido em fases, incluindo estudos de viabilidade, construção das praças de pedágio, balanças rodoviárias, restauração e implantação da rodovia e início das operações. O orçamento total previsto inclui, além dos custos das fases citadas, os custos de operação, manutenção, investimentos em tecnologia e recursos humanos, que irá superar o montante de R\$300 milhões. Com o objetivo promover melhorias no tráfego tanto da população de mais de 200 mil moradores locais, como dos produtores da região, beneficiando o escoamento da produção de grãos no Piauí. Cerca de 25 municípios já são beneficiados pela ampliação, conservação e manutenção da rodovia.

No decorrer de 2023 a Companhia avançou fortemente com os investimentos previstos, e com o avanço das pavimentações e instalações de apoio, passou a oferecer maior segurança e conforto para os usuários. Ainda em 2023, aconteceu o início da operação de três das quatro praças de pedágio previstas: Praça 1 (“P1”) no Km 25 – PI 397 no município de Uruçuí em maio de 2023, a Praça 4 (“P4”) no Km 35 – PI 262 no município de Bom Jesus em agosto de 2023 e a Praça 2 (“P2”) no Km 79 – PI 397 no município de Sebastião Leal em outubro de 2023. A conclusão da pavimentação e construção da última Praça 3 (“P3”) no Km 155 – PI 397, no município de Currais, iniciou a operação no dia 06 abril de 2024.

O projeto visa promover o desenvolvimento regional e facilitar o escoamento da produção de grãos, contribuindo para a infraestrutura e economia local, sendo a rodovia Transcerrados uma das principais rotas de escoamento para produção de grãos no Piauí. É a maior intervenção rodoviária já executada no Estado. A concessão da rodovia e a construção de praças de pedágio são estratégias para financiar melhorias de infraestrutura viária e garantia da sua manutenção a longo prazo.



A rodovia interligará a região dos Cerrados Piauienses, visando a geração dos seguintes impactos positivos:

- ✓ Melhoria da qualidade das estradas, reduzindo o desgaste dos veículos e aumentando a segurança viária;
- ✓ Diminuição do tempo de viagem e dos custos operacionais para os usuários;
- ✓ Garantirá melhores condições aos agricultores da região;
- ✓ Estímulo ao desenvolvimento econômico regional, com a geração de empregos diretos e indiretos e o aumento da atratividade de investimentos industriais e comerciais;
- ✓ Recuperação de áreas degradadas, no entorno da rodovia;
- ✓ Valorização imobiliária no entorno da rodovia;
- ✓ Redução dos custos logísticos para as empresa e fazendas, incentivando o setor agrícola;

### **Ampliação da PPP, para melhorias em mais 307 Km de rodovias do Piauí**

Em 01 de fevereiro de 2024 junto ao Governo do Estado do Piauí, um termo aditivo ampliando a PPP. O referido aditivo garante a realização de obras de infraestrutura nas rodovias PI-247, PI-391 e PI-392. Os trechos fazem parte do pool de rodovias que são importantes corredores de escoamento de soja na região do Piauí, dando continuidade no projeto da Rodovia Transcerrados – Anel da Soja.

Esse novo investimento é de mais de R\$ 2,5 bilhões nos próximos 28 anos. Ao todo serão 584 km de estradas que terão implantação de melhorias e manutenção permanentes, incluindo as ações já direcionadas às rodovias PI 397 e PI 262, concedidas no contrato original.

Gostaríamos de expressar nossa gratidão pelo comprometimento e dedicação de todos os envolvidos neste projeto, desde o nosso cliente, parceiros públicos e privados, além dos nossos colaboradores.

Nossa equipe demonstrou alto nível de profissionalismo e trabalho em equipe, com resiliência, encontrando soluções inovadoras para garantir o cumprimento das metas, demonstrando além da competência técnica o compromisso com o orçamento previsto, o que nos permitiu entregar os resultados esperados, tendo como foco a responsabilidade financeira e eficiência na gestão dos recursos.

Continuaremos nos diferenciando pelas nossas práticas de Governança, Compliance e Transparência, direcionando nosso crescimento com o foco na prestação de serviço, onde acreditamos no potencial de crescimento com rentabilidade e previsibilidade, contribuindo também para a eficiência dos serviços públicos no Brasil.

**Wilton Luis Neiva de Moura Santos Filho**

Diretor



## . Principais destaques financeiros:

	2023	2022	? A/A
<b>Receita Bruta</b>	<b>144.352</b>	<b>72.034</b>	<b>120,4%</b>
(-) Deduções da Receita	(710)	-	
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>143.642</b>	<b>72.034</b>	<b>119,4%</b>
Receita Líquida de Vendas e prestação de serviços	13.664	-	
Receita de construção	129.978	72.034	
<b>(-) Custos Totais</b>	<b>(141.928)</b>	<b>(72.034)</b>	<b>-117%</b>
Custo de serviços prestados	(11.950)	-	
Custo de construção	(129.978)	(72.034)	
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>1.714</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>
<i>Margem Bruta %</i>	<b>1,19%</b>	<b>0%</b>	
<b>(-) Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro</b>	<b>(17.855)</b>	<b>(3.035)</b>	<b>-83%</b>
Despesas Administrativas e Comerciais	(17.855)	(2.664)	
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	(371)	
<b>EBIT</b>	<b>(16.141)</b>	<b>(3.035)</b>	<b>-431,8%</b>
<i>Margem EBIT</i>	<b>-11,24%</b>	<b>-4,21%</b>	
<i>Margem EBIT s/ receita líquida de serviços</i>	<b>-118,13%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>(+/-) Resultado Financeiro</b>	<b>(2.863)</b>	<b>44</b>	<b>-6606,8%</b>
Receitas Financeiras	282	73	
Despesa Financeiras	(3.145)	(29)	
<b>(=) Lucro antes dos impostos</b>	<b>(19.004)</b>	<b>(2.991)</b>	<b>-535,4%</b>
Impostos e contribuições diferido	6.412	1.016	
<b>(=) Lucro líquido</b>	<b>(12.592)</b>	<b>(1.975)</b>	<b>-537,6%</b>
<i>Margem Líquida Total</i>	<b>-8,77%</b>	<b>-2,74%</b>	
<b>EBITDA</b>	<b>(12.592)</b>	<b>(1.975)</b>	<b>-537,6%</b>
<i>Margem EBITDA</i>	<b>-8,77%</b>	<b>-2,74%</b>	
<i>Margem EBITDA s/ receita líquida de serviços</i>	<b>-92,15%</b>	<b>0%</b>	

A *receita líquida de prestação de serviço* apresentou um aumento de R\$13,7 milhões no comparativo 12M23 com 12M22, devido ao avanço das pavimentações e operação comercial das praças de pedágio (P1, P2 e P4).





Com inauguração das praças (P1, P2 e P4) no decorrer do ano de 2023, a quantidade de passagem dos veículos comerciais e de passeios estão apresentados:

	4T23	3T23	▲ A/A	12M23	12M22	▲ A/A %
Veículos (equivalentes)	76.440	62.097	23,1%	154.041	-	100%
Comerciais	43.572	38.366	13,6%	91.556	-	100%
Passeio	32.868	23.731	38,5%	62.485	-	100%
<b>Receita Bruta (R\$ milhões) (i)</b>	<b>2.838</b>	<b>2.493</b>	<b>13,8%</b>	<b>6.192</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>

(i) não incluso receita de construção

A **receita de arrecadação** apresentou um aumento de R\$ 0,4 milhão no comparativo do 4T23 com 3T23, decorrente de maior fluxo de veículos comerciais e de passeio, devido aos trechos pavimentados da rodovia, viabilizando a locomoção com maior segurança e menor tempo para percorrer o trajeto.

O **custo de serviços prestados** apresentou um aumento de R\$ 11,9 milhões no comparativo de 12M23 com 12M22, marcando o início das operações.

As **despesas financeiras** apresentaram um aumento de R\$ 3,1 milhões comparado com 12M22, decorrentes de juros, encargos, fianças com empréstimos e financiamentos.

## 2. Investimentos

A Companhia efetuou melhorias na rodovia Transcarrados e seu entorno, com a garantia de vias mais seguras e suporte ágio e eficiente aos seus usuários, com isso em 12M23, os investimentos superaram R\$ 130 milhões, com as pavimentações, construção do CCO e base de apoio operacional, além da criação do serviço de atendimento ao usuário ("SAU").

## 3. Gestão do Capital

A gestão de passivos em 2023 foi de suma importância, pois a Companhia em fase de operacionalização da rodovia conta com o desafio de otimizar seus gastos, no cumprimento do compromisso firmado junto ao Governo do Piauí. A Grãos do Piauí, junto aos fornecedores e prestadores de serviços vem buscando minimizar custos, melhores prazos e formas de pagamento que viabilizem o cumprimento do orçamento planejado.

Continuaremos focados na gestão do fluxo de caixa e solidez da nossa estrutura de capital mantendo o Balanço pronto para o desenvolvimento e crescimento dos negócios.



## 5. Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. No período findo em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou apenas serviços de auditoria das demonstrações financeiras e não houve outros serviços prestados que pudessem representar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

## 6. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023.

### Diretoria Executiva

**Fernando Antônio Quintas Alves Filho**

Diretor Presidente CS Infra

**Wilton Luis Neiva De Moura Santos Filho**

Diretor CS Grãos

**Guilherme de Figueiredo Dias**

Diretor CS Grãos

**Certificate Of Completion**

Envelope Id: BCE553496F194559B4F3278DB681BA50	Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: GRAOSDOPIAUI23.DEZ_vf.pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 42	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	Envelope Originator:
Envelopeld Stamping: Enabled	Moara Bueno
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	moara.bueno@pwc.com
	IP Address: 134.238.160.170

**Record Tracking**

Status: Original 12 April 2024   16:15	Holder: Moara Bueno moara.bueno@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 12 April 2024   17:48	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

**Signer Events**

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes  
priscila.paschoal@pwc.com  
Partner  
PwC BR  
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

**Signature Provider Details:**

Signature Type: ICP Smart Card  
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

**Electronic Record and Signature Disclosure:**  
Not Offered via DocuSign

**Signature**



Signature Adoption: Drawn on Device  
Using IP Address: 18.231.224.3

**Timestamp**

Sent: 12 April 2024 | 16:16  
Viewed: 12 April 2024 | 17:45  
Signed: 12 April 2024 | 17:48

**In Person Signer Events**      **Signature**      **Timestamp**

**Editor Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Agent Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Intermediary Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Certified Delivery Events**      **Status**      **Timestamp**

**Carbon Copy Events**      **Status**      **Timestamp**

Moara Bueno  
moara.bueno@pwc.com  
PwC BR  
Security Level: Email, Account Authentication (None)  
**Electronic Record and Signature Disclosure:**  
Not Offered via DocuSign



Sent: 12 April 2024 | 17:48  
Viewed: 12 April 2024 | 17:48  
Signed: 12 April 2024 | 17:48

**Witness Events**      **Signature**      **Timestamp**

**Notary Events**      **Signature**      **Timestamp**

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	12 April 2024   16:16
Certified Delivered	Security Checked	12 April 2024   17:45
Signing Complete	Security Checked	12 April 2024   17:48
Completed	Security Checked	12 April 2024   17:48

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------